

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 4ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO/2012 A ABRIL/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>1.003.800,22</b>	<b>3.407,46</b>	<b>1.007.207,68</b>
Pessoal Ativo	669.698,86	1.605,14	671.304,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	334.101,36	1.802,32	335.903,68
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>307.608,45</b>	<b>1.785,00</b>	<b>309.393,45</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	7.711,75	0,00	7.711,75
Despesas de Exercícios Anteriores	31.983,53	0,00	31.983,53
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	267.913,17	1.785,00	269.698,17
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>696.191,77</b>	<b>1.622,46</b>	<b>697.814,23</b>

## APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>			<b>621.158.840,00</b>
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100</b>	<b>0,112080%</b>	<b>0,000261%</b>	<b>0,112341%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,239136%</b>		<b>1.485.414,40</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,227179%</b>		<b>1.411.143,68</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,215222%</b>		<b>1.336.872,96</b>

FONTE: SIAFI – COFIN/SECOF/ TRT 4ª REGIÃO – 23/mai/2013 16h.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
  - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2) As despesas liquidadas de auxílio natalidade e auxílio-funeral no valor de R\$ 330.875,65 foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STIN-MF e no Acórdão nº 894/2012.
- 3) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 12.695.467,17.
- 4) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 5.344.063,33.
- 5) Despesa Liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R\$ 13.750.578,46.

MARIA HELENA MALLMANN  
PRESIDENTE

SANDRO SCHIAVON  
ORDENADOR DE DESPESAS

TATIANA PEDRAGOSA SEVERO  
COORDENADORA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

LUIZ ANTONIO DOS SANTOS PINTO  
DIRETOR DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO – SUBSTITUTO